

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.
Macaíba - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

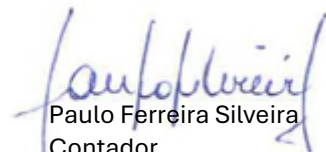
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.837	103	78.510	37.166	Fornecedores	14	-	-	645	6.912
Contas a receber	6	-	-	10.041	46.379	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.647	1.609	
Arrendamento mercantil a receber	8	-	-	-	25.676	Obrigações tributárias	1.752	422	2.688	6.836	
Impostos a recuperar	7	-	378	76.099	8.317	Imposto de renda e contribuição social a recolher	878	-	2.577	74	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	1.577	-	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	82.621	60.534	88.978	62.412
Estoques	-	-	-	993	16.181	Outras contas a pagar	-	-	931	779	
Dividendos a receber	-	20.202	4.268	-	-	Total dos passivos circulantes	85.251	60.956	97.466	78.622	
Outras contas a receber	10	-	-	983	4.163	NÃO CIRCULANTES					
Total dos ativos circulantes		22.039	6.326	166.626	137.882	Impostos diferidos	15	-	-	-	1.907
NÃO CIRCULANTES						Outras contas a pagar	-	-	1.875	1.703	
Impostos Diferidos	15	-	-	1.238	-	Total dos passivos não circulantes	-	-	1.875	3.610	
Depósitos judiciais	16	492	492	951	16.544	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	11	205.675	213.434	-	-	Capital social	17	106.002	106.002	106.002	106.002
Imobilizado	12	-	-	96.205	114.896	Reservas de lucros	17	38.129	54.666	38.129	54.666
Intangível	13	1.176	1.372	8.940	9.536	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	17	144.131	160.668	144.131	160.668
Total dos ativos não circulantes		207.343	215.298	107.334	140.976	Participação de acionistas não controladores	17	-	-	30.488	35.958
TOTAL DOS ATIVOS						Total do patrimônio líquido	144.131	160.668	174.619	196.626	
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						229.382	221.624	273.960	278.858		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$))

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	155.084	124.052
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	-	-	(49.582)	(46.384)
LUCRO BRUTO		-	-	105.502	77.668
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	21	(399)	(444)	(12.275)	(14.949)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(3.525)	(1.772)	8.777	5.090
Resultado de equivalência patrimonial	11	139.355	109.605	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		135.431	107.389	102.004	67.809
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	409	339	82.276	63.255
Despesas financeiras	22	-	(228)	(420)	(732)
Total		409	111	81.856	62.523
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		135.840	107.500	183.860	130.332
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(8.211)	(4.034)	(50.358)	(26.326)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	3.145	6.635
Incentivo fiscal do imposto de renda	19	-	-	11.480	12.276
Total		(8.211)	(4.034)	(35.733)	(7.415)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		127.629	103.466	148.127	122.917
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$				1,397	1,160
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores				127.629	103.466
Acionistas não controladores				20.498	19.451
				148.127	122.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	127.629	103.466	148.127	122.917
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>127.629</u>	<u>103.466</u>	<u>148.127</u>	<u>122.917</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A				
Acionistas controladores			127.629	103.466
Acionistas não controladores			<u>20.498</u>	<u>19.451</u>
			<u>148.127</u>	<u>122.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		106.002	21.200	112.708	-	239.910	34.423	274.333
Lucro líquido do exercício		-	-	-	103.466	103.466	19.451	122.917
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de anos anteriores (R\$0,37 por lote de mil ações)		-	-	(112.708)	-	(112.708)	(9.575)	(122.283)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,72 por ação)		-	-	-	(25.867)	(25.867)	(3.082)	(28.949)
Dividendos intercalares 2024 (R\$0,17 por ação)		-	-	-	(44.133)	(44.133)	(5.259)	(49.392)
Constituição de reserva de lucros		-	-	33.466	(33.466)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	17	106.002	21.200	33.466	-	160.668	35.958	196.626
Redução de Capital em Controladas	18	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	127.629	127.629	20.498	148.127
Destinação do lucro:								
Dividendos adicionais pagos de anos anteriores (R\$0,64 por lote de mil ações)		-	-	(33.466)	-	(33.466)	(6.038)	(39.504)
Dividendos intercalares 2024 (R\$0,17 por ação)		-	-	-	(110.700)	(110.700)	(19.859)	(130.559)
Constituição de reserva de lucros		-	-	16.929	(16.929)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	17	106.002	21.200	16.929	-	144.131	30.488	174.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		127.629	103.466	148.127	122.917
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20	196	196	5.616	6.712
Valor residual na baixa de ativo imobilizado		-	-	454	7
Variação cambial líquida	21	-	-	5	281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	(3.145)	(6.635)
Reversão do ajuste a valor presente	8	-	-	(502)	(4.474)
Resultado da equivalência patrimonial	11	(139.355)	(109.605)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	36.337	363
Arrendamento mercantil a receber		-	-	26.178	62.386
Estoques		-	-	17.953	1.450
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.673	1.345	(67.780)	1.688
Outras contas a receber		-	-	3.180	4.633
Depósitos judiciais		-	-	15.593	(134)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	(6.269)	(2.438)
Impostos a recolher		3.150	264	6.960	5.537
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	38	366
Outras contas a pagar		-	-	324	(1.061)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(707)	(4.334)	183.069	191.598
Impostos de renda e contribuição social pagos		(942)	(1.647)	(8.634)	(5.768)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		110.634	131.879	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		108.985	125.898	174.435	185.830
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangíveis	12	-	-	(107)	(145)
Venda de Imobilizado		-	-	10.560	-
Resgate de ações	11	14.828	29.856	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		14.828	29.856	10.453	(145)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Resgate de ações		-	-	(72)	(144)
Dividendos pagos	17	(122.079)	(158.507)	(143.472)	(178.946)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(122.079)	(158.507)	(143.544)	(179.090)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1.734	(2.753)	41.344	6.595
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	103	2.856	37.166	30.571
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	1.837	103	78.510	37.166
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1.734	(2.753)	41.344	6.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2025:

- CEM, sociedade anônima de capital fechado com sede em Manaus, Amazonas. Iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006, e operava uma unidade termoeletrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW.

Toda a energia firme gerada era transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia - 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Ao término do contrato, a usina seria incorporada ao patrimônio da Eletronorte. Em 25 de abril de 2025 foi assinado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento de Energia n.º 1820/2005, pelo qual foi realizada a cessão da posição contratual da Eletronorte para a J&F S.A. (J&F). Sendo assim, em 19 de maio de 2025 todos os bens e instalações da UTE foram revertidos e passaram a integrar o patrimônio da J&F.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Dianópolis - Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos e por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, o prazo de outorga foi estendido até 15 de maio de 2045.

A AGL entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho Aneel nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 29 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Dianópolis - Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos e por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, o prazo de outorga foi estendido até 19 de agosto de 2045.

A ARE entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel nº 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Proinfa.

Para as PCHs, ao final destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da Aneel.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas AGL e ARE fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.) que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2. Repactuação de riscos hidrológicos

O montante do GSF repactuído líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data-base 31 de dezembro de 2025 é positivo de R\$1.352 (positiva de R\$1.362 em 2024) para a ARE e negativa de R\$1.044 (positiva de R\$1.344 em 2024) para a AGL. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2025, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$1.316 (R\$1.260 em 2024) para a ARE e de R\$1.762 (R\$.1686 em 2024) para a AGL, referente a despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$4.152 da ARE e de R\$5.565 da AGL. Por sua vez, a Aneel homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias - ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Controladas em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à Aneel, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Apesar de a Aneel ter homologado o valor calculado pela CCEE, as Controladas apontaram para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias para ARE e 754 dias para AGL, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 ainda em fevereiro. O Pedido de Reconsideração da Companhia foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência, a nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com consequente aprovação do novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.

Desta maneira, as PCHs reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$4.152 - ARE e R\$5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 4,85% (4,85%, em 2024) até 19 de agosto de 2045 para ARE e 4,12% (4,12%, em 2024) até 15 de maio de 2045 para AGL. Em dezembro de 2025, já havia sido amortizado o montante de R\$855 (R\$685, em 2024) na ARE e R\$1.133 (R\$904, em 2024) na AGL. Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido, mas pode haver alteração nas taxas utilizadas.

1.3. Finalização do arrendamento da controlada CEM

A Administração revisou detalhadamente as principais rubricas do Balanço Patrimonial com o objetivo de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos após a descontinuidade operacional da Companhia decorrente do encerramento do Contrato. Com base nessa análise, e considerando as projeções financeiras atualizadas, o planejamento de fluxos de caixa e o plano plurianual de negócios, a Administração conclui que a Companhia dispõe de recursos suficientes para honrar integralmente suas obrigações junto a bancos, fornecedores e demais credores da unidade geradora de caixa. Ressalta-se, ainda, que, apesar do encerramento do Contrato, a Companhia mantém posição de caixa adequada para sustentar suas atividades administrativas e demais compromissos remanescentes.

1.4. Continuidade operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia e suas Controladas.

A Administração da Companhia e de suas controladas, responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, destacam que com o término do contrato houve a paralisação das operações e manutenção societária da Controlada CEM para finalização de questões fiscais.

Para as controladas AGL e ARE, a Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei nº 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela Aneel do atendimento aos critérios

Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa nº 14.896 as controladas tiveram nova extensão do contrato de concessão, com vigência até 15/05/2045 para AGL e 19/08/2045 para ARE.

Conforme citado anteriormente, a controlada CEM teve encerrado o contrato de arrendamento em maio de 2025, e caso não haja investimento em novo negócio pela TEP, a Companhia manterá a gestão das PCHs até o encerramento dos seus contratos, período o qual irá garantir os investimentos necessários nestas duas geradoras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 23 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações individuais e consolidadas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A Companhia não tem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que tem a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: “inputs”, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: “inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas AGL, ARE e CEM são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a TEP obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a TEP e suas controladas diretas são eliminadas integralmente.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e a valor justo.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamentos

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador estava contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens seriam transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber foi ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Anualmente a Companhia e suas controladas revisaram os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$4.152 - ARE e R\$5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível. Ver item 1.2 da nota explicativa nº 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM tem os benefícios da CCC para reembolso da conversão dos motogeradores e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A controlada CEM efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

As controladas AGL e ARE, nos exercícios de 2024 e 2025 apuram o IRPJ e a CSLL pelo regime de apuração do lucro presumido.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Para as controladas AGL e ARE apuram os impostos sobre lucro através do regime de apuração do Lucro Presumido e, conseqüentemente não há itens que geram diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas Controladas:

- (a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas ARE e AGL

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado - ACR, sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, tem os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As PCHs possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as controladas ARE e AGL participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Controladas ARE e AGL por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE. Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para a controlada CEM

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Controlada CEM (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

- Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo): refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A controlada CEM avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

- (a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos Certificados	trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos. A norma orienta sobre classificação como ativo intangível ou estoque, dependendo do modelo de negócio, critérios de mensuração inicial e subsequente e reconhecimento de passivos vinculados a compromissos ambientais.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, exceto pelo CPC 51, o qual a Administração da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	31/12/2025	31/12/2024
	Direta	Direta
<i>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</i>		
Água Limpa Energia S.A.	69,44%	69,44%
Areia Energia S.A.	69,44%	69,44%
<i>Termoelétricas (UTE)</i>		
Companhia Energética Manauara	99,52%	99,52%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	-	-	1	11
Aplicações financeiras de alta liquidez	1.837	103	78.509	37.155
Total	1.837	103	78.510	37.166

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2025 esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Fundo de Investimento Exclusivo, com rendimento de 101,9% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	10.041	46.379

Os saldos a receber são, na sua totalidade, com a ENBPar e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS sobre faturamento	-	-	13.574	867
COFINS sobre faturamento	-	-	62.525	6.732
Outros	-	378	-	718
Total	-	378	76.099	8.317

O saldo da COFINS e do PIS decorre da não incidência dessas contribuições sobre a receita decorrente de venda interna de energia elétrica de origem nacional realizada por geradora de energia localizada na ZFM destinada a pessoa jurídica ali estabelecida, qualificada como concessionário de distribuição.

Com base em suas projeções, a Administração estima que todos os saldos de impostos a recuperar serão ressarcidos ao longo de 2026.

8. ARRENDAMENTO A RECEBER

Com base nas considerações da nota explicativa nº 3, a Controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2025	-	26.178
Subtotal	-	26.178
Ajuste ao valor presente	-	(502)
Total	-	<u>25.676</u>
Circulante	-	25.676

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.588
Reversão de ajuste a valor presente	4.474
Baixa por realização	<u>(62.386)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>25.676</u>
Reversão de ajuste a valor presente	502
Baixa por realização	<u>(26.178)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$502 (R4.474 em 2024).

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração individualizada, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2025 foram pagos:

A Companhia não remunera seus administradores, por política a remuneração ocorre pela por outras Companhias do mesmo grupo econômico.

- Para CEM - montante de R\$2.141, sendo R\$1.259 de remuneração fixa e R\$882 de remuneração variável (\$2.541 em 2024, sendo R\$2.249 de remuneração fixa e R\$292 de remuneração variável).
- Para ARE - o montante R\$506, sendo R\$374 de remuneração fixa e R\$132 de remuneração variável (R\$357 em 2024, sendo R\$337 de remuneração fixa e R\$27 de remuneração variável).
- Para AGL - o montante de R\$506, sendo R\$374 de remuneração fixa e R\$132 de remuneração variável (R\$420 em 2024, sendo R\$330 de remuneração fixa e R\$90 de remuneração variável).

A Companhia e suas controladas não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor	695	18
Despesas antecipadas	217	1.319
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (a)	69	2.776
Outras contas a receber	2	50
Total	983	4.163

- (a) Corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2025 as controladas ARE e AGL tiveram balanço negativo nas operações do MRE. No Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, foi registrado, portanto, uma receita na rubrica “MRE” na ARE e um custo na AGL. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IGPM.

11. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	Data base	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética							
Manauara	31/12/2025	100	99,52%	100	138.578	(74.608)	94.256
Água Limpa Energia S.A.	31/12/2025	41.288	69,44%	41.288	49.631	(47.659)	37.184
Areia Energia S.A.	31/12/2025	39.954	69,44%	39.954	47.954	(35.918)	28.413
Companhia Energética							
Manauara	31/12/2024	15.000	99,52%	15.000	133.830	(66.773)	66.451
Água Limpa Energia S.A.	31/12/2024	41.288	69,44%	41.288	60.106	(32.778)	35.270
Areia Energia S.A.	31/12/2024	39.954	69,44%	39.954	55.458	(24.328)	27.335

Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			
	AGL	ARE	CEM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.008	36.421	163.364	239.793
Resultado de equivalência patrimonial	24.492	18.981	66.132	109.605
Dividendos recebidos	(22.762)	(16.894)	(66.452)	(106.108)
Resgate de Ações	-	-	(29.856)	(29.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.738	38.508	133.188	213.434
Resultado de equivalência patrimonial	25.821	19.730	93.804	139.355
Dividendos recebidos	(33.094)	(24.941)	(36.132)	(94.167)
Juros sobre capital próprio recebidos	-	-	(38.116)	(38.116)
Resgate de Ações	-	-	(14.828)	(14.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.464	33.296	137.916	205.675

12. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	-	-	-
<u>Custo corrigido</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.313	42.173	376	97.510	97.228	792	13.328	6	243	156	253.125
Adições	-	-	-	111	-	34	-	-	-	-	145
Baixa	-	-	(9)	(4)	-	(57)	-	-	-	-	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.313	42.173	367	97.617	97.228	769	13.328	6	243	156	253.200
Adições	71	12	-	24	-	-	-	-	-	-	107
Baixa	(52)	(2.025)	(131)	(5.366)	-	(532)	(13.328)	(6)	-	-	(21.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.332	40.160	236	92.275	97.228	237	-	-	243	156	231.867
<u>Depreciação acumulada</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(721)	(23.140)	(343)	(54.309)	(53.208)	(475)	-	-	(100)	(5)	(132.242)
Adições	(27)	(1.142)	(16)	(2.704)	(2.022)	(149)	-	-	(49)	(16)	(6.125)
Baixa	-	-	8	3	-	52	-	-	-	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(748)	(24.282)	(359)	(57.013)	(55.230)	(572)	-	-	(149)	(21)	(138.304)
Adições	(28)	(853)	-	(2.008)	(2.046)	(18)	-	-	(49)	(17)	(5.019)
Baixa	23	1.899	117	5.138	-	484	-	-	-	-	7.661
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(753)	(23.236)	(242)	(53.883)	(57.276)	(106)	-	-	(198)	(38)	(135.662)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2025	579	16.924	(6)	38.392	39.952	131	-	-	45	118	96.205
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	565	17.891	16	40.607	41.998	197	13.328	6	94	135	114.896

(*) A depreciação acumulada é calculada levando em conta a vida útil econômica dos bens, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, e estão apresentados pela taxa média de 2,08% na AGL e 2,18% na ARE. As taxas médias anuais de depreciação, em razão da nova vigência no prazo da autorização regulatória até 15/05/2045 para AGL e 19/08/2045 para ARE, foram revisadas a partir de outubro de 2023, reduzindo o valor da quota anual de 2024 em relação a 2023.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

13. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Amortização acumulada	líquido	líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.924)	1.176	1.372
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	55	(46)	9	10
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	-	26	10
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.924)	1.176	1.372
Direito das autorizações	4,12% e 4,08%	9.717	(1.988)	7.729	8.144
Total		<u>13.898</u>	<u>(4.958)</u>	<u>8.940</u>	<u>9.536</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 4,12% a.a. (AGL) e 4,08% a.a. (ARE) em 2025 e 2024, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 15/05/2045 (AGL) e 19/08/2045 (ARE). Ver nota explicativa nº 1 para mais informações.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.568	10.124
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(588)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.372	9.536
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(596)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.176</u>	<u>8.940</u>

14. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	286	3.047
Engenharia São Patrício	122	-
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	2.552
Outros fornecedores	237	1.313
Total	<u>645</u>	<u>6.912</u>

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE).

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2025	31/12/2024
Participação nos lucros e resultado	284	210
Pesquisa e desenvolvimento	954	779
Reconhecimento do arrendamento mercantil (a)	-	(2.896)
Total	<u>1.238</u>	<u>(1.907)</u>
Efeito no resultado	<u>3.145</u>	<u>6.635</u>

- (a) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamentos, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 34%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) As controladas AGL e ARE são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

- (b) Na controladora CEM as contingências classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.
- (c) Os processos avaliados pelos assessores jurídicos como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza cível no montante de R\$23.014 e de natureza tributária no montante de R\$94.

Depósito judicial

Controladora		Consolidado	
Depósitos Judiciais		Depósitos Judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	492	Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.410
Adições (Reversões)	-	Adições (Reversões)	134
Saldo em 31 de dezembro de 2024	492	Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.544
Adições (Reversões)	-	Adições (Reversões)(a)	(15.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	492	Saldo em 31 de dezembro de 2025	951

- (a) Mandado de Segurança Preventivo com Pedido Liminar, impetrado contra ato do Delegado da RFB em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre o valor recebido pela Companhia, referente aos juros de mora e correção monetária, em relação ao processo judicial nº 0046663-52.2011.8.07.0001.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$106.002 está representado 106.002.000 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	94.978.110	89,6003%
Fernando W. Magalhaes Filho	10.671.751	10,0675%
Jose Cordeiro de Almeida Neto	352.139	0,3322%
Total	106.002.000	100%

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída a reserva legal em função do limite já ter sido atingido.

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 16.929 (R\$ 33.466, em 2024) observado o disposto no art. 194 da Lei 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve necessidade de aplicar a exigência do referido artigo.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
RCA de 2 de janeiro de 2024	Dividendos Intercalares 3º trimestre/2023	20.000	0,388
AGOE de 09 de abril de 2024	Dividendos adicionais	110.276	2,140
RCA de 28 de outubro de 2024	Dividendos Intercalares 2024	70.000	1,358
2025			
AGOE de 08 de abril de 2025	Dividendos adicionais	33.466	0,649
RCA de 21 de outubro de 2025	Dividendos Intercalares 3º trimestre de 2025	30.000	0,582
RCA de 18 de dezembro de 2025	Dividendos intercalares 2025	76.500	1,485
RCA de 29 de dezembro de 2025	Dividendos intercalares dezembro de 2025	4.200	0,082
		Controladora	Consolidado
Saldo dividendos a pagar 2023		36.333	40.891
Dividendos propostos referente a 2023		112.708	117.566
Dividendos Intermediários 2024		70.000	78.132
Juros sobre capital próprio		-	93
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	(13)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024		-	4.689
Dividendos pagos		(158.507)	(178.946)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024		60.534	62.412
Dividendos propostos referente a 2024		33.466	39.323
Dividendos Intermediários 2025		110.700	130.536
Juros sobre capital próprio		-	184
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	(27)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025		-	22
Dividendos pagos		(122.079)	(143.472)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2025		82.621	88.978

Lucro por ações

O lucro básico e diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	127.629	103.466
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>106.002</u>	<u>106.002</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,204</u>	<u>0,976</u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	127.629	103.466
Base para dividendos	<u>127.629</u>	<u>103.466</u>
Dividendo Mínimos Obrigatórios 25% (a)	<u>31.907</u>	<u>25.867</u>

- (a) Os valores deliberados a título de dividendos intercalares conforme nota 17.c já excedem o dividendo mínimo obrigatório calculado, não havendo dividendo mínimo obrigatório adicional a ser distribuído.

18. RESGATE DE AÇÕES COM REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL EM CONTROLADAS

A controlada CEM aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o resgate de ações de sua emissão, com a consequente redução do capital social, mediante a devolução de recursos aos acionistas, sem alteração do controle societário.

			Controladora	Não Controladores
Tipo de ação resgatada:	Ordinárias	Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.928	72
Quantidade de ações resgatadas:	14.100	Age de 20 de janeiro de 2025	(13.933)	(67)
Valor de Resgate por ação:	1	Age de 12 de maio de 2025	(896)	(4)
Valor total do resgate:	14.100	Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>99</u>	<u>1</u>
		Redução em 31 de dezembro de 2025	<u>(14.829)</u>	<u>(71)</u>

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	135.840	107.500	183.860	130.332
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(46.186)	(36.550)	(62.512)	(44.313)
Diferenças temporárias e permanentes				
Resultado de Equivalência Patrimonial	47.381	37.266	-	-
Juros sobre capital próprio	(12.959)	(6.513)	63	31
Demais adições e exclusões	3.553	1.763	(8.306)	4.273
Impostos correntes sobre lucro real	(8.211)	(4.034)	(70.755)	(40.009)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	20.406	19.594
Imposto de renda e contribuição social	(8.211)	(4.034)	(50.358)	(26.326)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	11.480	12.276
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	3.145	6.635
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.211)	(4.034)	(35.733)	(7.415)
Taxa Efetiva	6,04%	3,75%	19,43%	5,69%

20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de energia	101.998	124.484
Receita de venda de energia por disponibilidade	24.785	59.927
Mecanismos de realocação de energia - MRE	2.890	2.695
Deduções de venda		
PIS	7.438	(3.337)
COFINS	35.761	(15.374)
ICMS	(17.172)	(42.807)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(616)	(1.536)
Total	155.084	124.052

21 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos e despesas com pessoal e administradores	-	-	(7.314)	(8.759)
Depreciação e amortização	(196)	(196)	(5.616)	(6.712)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(785)	(1.237)
Custos com manutenção e operação	-	-	(42.706)	(36.938)
Custos e despesas com seguros	-	-	(1.088)	(2.111)
Despesas com viagens e comunicações	-	-	(355)	(533)
Serviços de terceiros	-	-	(1.055)	(1.251)
Assessoria e consultoria	(168)	(179)	(2.215)	(3.104)
Tributos	(3.553)	(1.798)	(1.790)	3.919
Resultado de equivalência patrimonial	139.355	109.605	-	-
Venda de ativo imobilizado	-	-	10.560	-
Outras despesas (receitas)	(7)	(43)	(716)	483
Total	135.431	107.389	(53.080)	(56.243)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(49.582)	(46.384)
Resultado de equivalência patrimonial	139.355	109.605	-	-
Despesas gerais e administrativas	(399)	(444)	(12.275)	(14.949)
Outras receitas operacionais, líquidas	(3.525)	(1.772)	8.777	5.090
Total	135.431	107.389	(53.080)	(56.243)

22 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	76	69	11.681	5.006
Atualização Pedido de Restituição	-	-	124	-
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS (a)	-	-	18.098	242
PIS e COFINS sobre receita financeira	(20)	(19)	(3.105)	(462)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	502	4.474
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (c)	-	-	17.959	49.069
Variações cambiais positivas	-	-	-	9
Outras receitas financeiras, líquidas	353	289	37.017	4.917
Subtotal	409	339	82.276	63.255
Despesas financeiras				
Variações cambiais negativas	-	-	(5)	(290)
Outras despesas financeiras, líquidas	-	(228)	(415)	(442)
Subtotal	-	(228)	(420)	(732)
Total	409	111	81.856	62.523

- (a) Refere-se à atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora		Consolidado		VJR	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
<u>Ativos financeiros</u>	CA	CA	CA	CA	VJR	
Caixa e equivalentes de caixa	1.837	103	78.510	2.711	34.455	Nível I
Contas a receber de clientes e outros	-	-	10.041	46.379	-	Nível I
Arrendamento Mercantil a Receber	-	-	-	-	25.676	Nível I
Dividendos a Receber	20.202	4.268	-	-	-	Nível I
Outras contas a receber	-	-	983	4.163	-	Nível I
<u>Total</u>	<u>22.039</u>	<u>4.371</u>	<u>89.534</u>	<u>53.253</u>	<u>60.131</u>	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
<u>Passivos financeiros</u>	CA	CA	CA	CA	VJR	
Fornecedores	-	-	645	6.912	-	Nível I
Dividendos a Pagar	82.621	60.534	88.978	62.412	-	Nível I
Outros passivos	-	-	2.806	2.482	-	Nível I
<u>Total</u>	<u>82.621</u>	<u>60.534</u>	<u>92.429</u>	<u>71.806</u>	<u>-</u>	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas apresentam exposição ao risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 (sessenta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2026
Fornecedores	645
Dividendos a pagar	88.978
Outras contas a pagar	2.806
Total	92.429

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2025 a controlada CEM obteve de variação cambial líquida negativa de R\$5 (Em 2024 variação cambial líquida negativa de R\$281).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2025 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2025. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/2025</u>	<u>Varição de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
78.510	14,90	13,41%	(1.170)

Gestão do capital

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios da Companhia de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral permanece inalterada desde 2024.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as controladas AGL e ARE aderiram ao MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, as controladas AGL e ARE repactuaram o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. As controladas AGL e ARE entendem não haver riscos associados em 2025 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas, por política, não utilizaram instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificaram nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2024 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.794 (AGL), R\$1.682 (ARE) e R\$20.825 (CEM).

Exercício de 2025 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.974 (AGL), R\$2.250 (ARE) e R\$5.864 (CEM).
-